



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 64, de 2018 (nº 354, de 2018, na origem), do Presidente da República, que *submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o nome do Senhor GABRIEL FARIA OLIVEIRA, Defensor Público Federal, no Estado de Santa Catarina para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Barbosa Paz.*

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

Por intermédio da Mensagem (MSF) nº 64, de 2018 (Mensagem nº 354, de 25 de junho de 2018, na origem), e nos termos , nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor GABRIEL FARIA OLIVEIRA, Defensor Público Federal, no Estado de Santa Catarina para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Barbosa Paz.

De conformidade como o citado art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 1994, a Lei Orgânica da Defensoria Pública da União, o órgão *tem por chefe o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo Presidente da República, dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista triíplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado Federal.*



SF/18935.80048-63



O art. 101, II, *i*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), de sua parte confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no seu art. 383.

Conforme o *curriculum vitae* que acompanha a mensagem, o indicado, nascido na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, em 26 de setembro de 1979, graduou-se em Direito na Universidade Federal desse Estado em 2003, tendo sido agraciado com diversos certificados de desempenho acadêmico durante o seu curso.

Ainda no tocante à sua formação acadêmica, é Especialista em Direito Público pela Universidade do Vale do Itajaí, tendo obtido o título, em novembro de 2004, com honra ao mérito.

Além disso, o Doutor Gabriel Faria Oliveira frequentou diversos cursos nas diversas áreas de Direito.

É autor de diversos artigos jurídicos publicados em revistas especializados e na imprensa.

O indicado iniciou a sua vida profissional como servidor do Tribunal de Justiça de seu Estado natal, cargo que exerceu de 2001 a 2005, ano em que ingressou, por concurso público, na Advocacia-Geral da União, tendo sido Advogado da União junto à Secretaria Geral do Contencioso, no Gabinete do Advogado-Geral da União até o ano de 2006.

No ano de 2006, passou a ocupar, igualmente por concurso público, o cargo de Defensor Público Federal.

Na Defensoria Pública da União, foi Chefe das Unidades de Curitiba, de Umuarama e de Florianópolis e Subchefe da Unidade do Mato Grosso.

Ademais, participou de diversos conselhos e grupos de trabalho do órgão e presidiu a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, no biênio de 2011 a 2013.

O ilustre Defensor Público apresenta, também, uma significativa carreira docente, tendo sido professor no Centro de Estudos



SF/18935.80048-63



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Superiores do Planalto (IESPLAN) e na Escola Brasileira de Ensino Jurídico na Internet (EBEJI), além de ter proferido dezenas de palestras em eventos especializados.

Registre-se, finalmente que a mensagem veio instruída pelos documentos e declarações previstas no art. 383 do RISF e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Doutor GABRIEL FARIA OLIVEIRA.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18935.80048-63